

A PARTICIPAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO A RESPEITO DA COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA RECICLAGEM NA CIDADE DE CLÁUDIO

Frederico Cordeiro Martins¹
José Vitor Lemes Gomes²

RESUMO

Esse trabalho consiste no esboço sobre as formas de participação popular e conscientização pública na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis no município de Cláudio-MG. De acordo com informações concedidas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cláudio-MG são coletadas, em média, 15.000 Kg de lixo ao dia no município. Sabemos que parte considerável desse montante é composta por resíduos sólidos recicláveis não selecionados para reciclagem. Sabemos, também, que a destinação daqueles resíduos para o aterro controlado cria um problema ambiental devido à lenta decomposição dos mesmos. Frente a esse quadro são viáveis e urgentes ações no sentido de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis. Desse modo, o presente artigo se justifica como uma proposta de extensão do conhecimento teórico para a prática favorável à uma economia sustentável e à preservação ambiental.

Palavras-chave: Participação; conscientização; resíduos sólidos; coleta seletiva; reciclagem.

INTRODUÇÃO

A política relativa à coleta de lixo no município de Cláudio é promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretária de Meio Ambiente que norteia sua atuação na Lei Orgânica do Município (que institui a Política Municipal de Saneamento Básico) e

¹ *Mestre e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, frederico.cordeiro.martins@gmail.com*

² *Doutor e professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus Unidade Cláudio, jose.gomes@uemg.br*

na Lei Municipal nº 1.532/2018. Além disso, o município também elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, como preleciona a Lei Municipal nº 12.305/10.

No âmbito de conselhos consultivos o Município conta com um Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, vinculado ao Departamento de Meio Ambiente. É um órgão autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, de composição paritária (representantes da sociedade civil e administração pública). Foi criado pela Lei Municipal nº 1.403/2014.

Não existe cooperativa ou associação de catadores no município. Existem catadores dispersos, que só coletam determinados recicláveis, ou seja, aqueles de maior valor agregado. A administração pública tentou, em 2014, formatar uma cooperativa com os catadores da época (em torno de 10 pessoas) mas não houve interesse por parte deles. Hoje, com a implantação da coleta seletiva no município (em 04-09-2017), o número de catadores (ainda dispersos) é, aproximadamente, 22.

Quanto à prática de movimentos sociais o que se percebe hoje no município é o empenho das indústrias na realização das SIPATS que tem buscado uma parceria com o Departamento de Meio Ambiente para realização de palestras sobre o tema. O Grupo de RESGATE está empenhado em coletar óleo de cozinha para fazer sabão. No intuito de realizar conscientização pública a respeito do lixo o Departamento de Meio Ambiente, desde 2013, realizou Palestras de Educação Ambiental em todas as escolas do Município, distribuiu panfletos, utilizou a Rádio (IND FM 107,1), Facebook, site da prefeitura e ainda tem trabalhado em parceria com a Secretaria de Educação que, ao longo dos anos, tem desenvolvido varias atividades. Para iniciar a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis foram distribuídos, de porta em porta, um recipiente de saco de rafia para o armazenamento dos resíduos sólidos até a coleta.

OBJETIVOS:

- 1- Conhecer o grau de participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e constatar os diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta.

- 2- Identificar agentes e setores da população que podem contribuir para coleta, tal como apontar seus papéis em ações coletivas.
- 3- Mensurar a eficácia das campanhas de conscientização já existentes compreendendo as causas de sucesso/insucesso das mesmas e, desse modo, indicar correções e adequações para campanhas futuras.
- 4- Identificar setores e agentes da população dotados de potencial para atuar em campanhas de conscientização bem sucedidas.
- 5- Compreender as causas da inexistência de uma associação de catadores no município de modo que os obstáculos para sua constituição possam ser superados.

JUSTIFICATIVA

De acordo com informações concedidas pela Secretária Municipal de Meio Ambiente de Cláudio-MG são coletadas, em média, 15.000 Kg de lixo ao dia no município. Sabemos que parte considerável desse montante é composto por resíduos sólidos recicláveis não selecionados para reciclagem. Sabemos, também, que a destinação daqueles resíduos para o aterro controlado³ cria um problema ambiental devido à lenta decomposição dos mesmos. Frente a esse quadro são viáveis e urgentes ações no sentido de ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos recicláveis. Desse modo, o presente pré-projeto se justifica como uma proposta de extensão do conhecimento teórico para a prática favorável a uma economia sustentável e à preservação ambiental.

METODOLOGIA

A investigação que está em seu começo partiu de uma revisão bibliográfica sobre o assunto e, após esta primeira etapa que será melhor apresentada na análise e discussões, partimos para um plano futuro de diagnóstico da participação da população na coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis e dos diferentes setores e agentes da população engajados e não engajados na coleta, bem como daqueles com potencial de atuação em campanhas de conscientização, além da identificação das causas de sucesso ou insucesso das mesmas.

³ O município de Cláudio-MG ainda não possui aterro sanitário.

Reuniões com os órgãos responsáveis da prefeitura da cidade de Cláudio e catadores são objetos de uma tentativa de convencimento para a associação de catadores, que deverá ser mais bem trabalhada com o acompanhamento psicossocial, numa tarefa inclusiva, além da articulação de um modo de diagnosticar como o trabalho em prol da educação ambiental tem sido praticado pelas escolas e se tem ocorrido essa extensão de conscientização nas famílias dos educandos.

DIAGNÓSTICO

A política relativa à coleta de lixo no município de Cláudio é promovida pela Prefeitura Municipal através da Secretária de Meio Ambiente que norteia sua atuação na Lei Orgânica do Município (que institui a Política Municipal de Saneamento Básico) e na Lei (municipal) 1.532/2018. Além disso, o município também elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos sólidos, como preleciona a Lei 12.305/10.

No âmbito de conselhos consultivos o Município conta com um CODEMA, vinculado ao Departamento de Meio Ambiente. É um órgão autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo, de composição paritária (representantes da sociedade civil e administração pública). Foi criado pela Lei 1.403/2014.

Não existe cooperativa ou associação de catadores no município. Existem catadores dispersos, que só coletam determinados recicláveis, ou seja, aqueles de maior valor agregado. A administração pública tentou, em 2014, formatar uma cooperativa com os catadores da época (em torno de 10 pessoas) mas não houve interesse por parte deles. Hoje, com a implantação da coleta seletiva no município (em 04-09-2017), o número de catadores (ainda dispersos) é, aproximadamente, 22.

Quanto à prática de movimentos sociais o que se percebe hoje no município é o empenho das indústrias na realização das SIPATS que tem buscado uma parceria com o Departamento de Meio Ambiente para realização de palestras sobre o tema. O Grupo de RESGATE está empenhado em coletar óleo de cozinha para fazer sabão. No intuito de realizar conscientização pública a respeito do lixo o Departamento de Meio Ambiente, desde 2013, realizou Palestras de Educação Ambiental em todas as escolas do Município, distribuiu panfletos, utilizou a Rádio (IND FM 107,1), Facebook, site da prefeitura e ainda tem

trabalhado em parceria com a Secretaria de Educação que, ao longo dos anos, tem desenvolvido varias atividades. Para iniciar a coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis foram distribuídos, de porta em porta, um recipiente de saco de ráfia para o armazenamento dos resíduos sólidos até a coleta.

AVALIAÇÃO - SWOT.

Pontos Fortes: A Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena a coleta do lixo em Cláudio. Essa coleta é feita com funcionários e veículos da Prefeitura vinculados a Secretária Municipal de Obras. Nessas condições o poder público municipal dispõe de sete (7) funcionários e um (1) caminhão para coleta do lixo. Além disso, a Prefeitura ainda dispõe de uma prensa utilizada para os resíduos sólidos recicláveis. A Secretária do Meio Ambiente, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, colaborou com esse trabalho ao dispor várias informações sobre o assunto e mostrou-se como uma potencial aliada do projeto. De acordo com a secretária já houve empenho, por parte da Prefeitura, para formação de uma associação de catadores, porém não houve consenso entre os mesmos. A efetivação de uma associação continua sendo um anseio da Prefeitura que poderá dispor a prensa, um caminhão e um galpão. No âmbito da conscientização já existem ações, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser intensificadas pelas ações traçadas a partir desse projeto.

Oportunidades: Estimular e desenvolver a participação e a conscientização a respeito da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem.

Pontos Fracos: Restrições por parte dos catadores quanto a efetivação de uma associação.

Ameaça: Indisposições entre os catadores para o associativismo. Pressão do comprador dos resíduos recicláveis sobre os catadores para que não se associem, isolados podem vender a mercadoria por preço menor.

REFERENCIAL TEÓRICO: ASSOCIATIVISMO

A participação popular em políticas públicas é, por eminência, um tema da Ciência Política. A participação política⁴ pode se dar de várias formas, podemos citar os movimentos sociais⁵, as associações, as diversas formas de ação coletiva⁶ e ativismo⁷ e etc. Esse projeto tem como objetivo viabilizar a criação de uma associação de catadores de resíduos sólidos no município de Cláudio/MG. Desse modo enfatizamos, nessa etapa do trabalho, a abordagem teórica das associações como forma de participação política.

A história do Brasil demonstra que o hábito associativo nunca foi uma regra entre os brasileiros. O associativismo, tal como outras formas de participação política, foi inviabilizado pela debilidade da cidadania e pela instabilidade democrática ao longo da história. A participação popular depende dos direitos fundamentais à cidadania, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, 1967). Sabemos que a efetivação da cidadania depende do aprofundamento da democracia, fenômeno retardado pela predominância de regimes autoritários na trajetória política brasileira. Putnam (2006) demonstra que o predomínio da disposição para o associativismo depende do contexto social, ou seja, enquanto alguns contextos são viáveis ao associativismo, outros contextos são avessos às práticas associativas. A história do Brasil apresenta uma sociedade marcada pelo autoritarismo e pela desigualdade social que geraram obstáculos para a prática associativa ao longo de décadas. Percebe-se que a democracia é propícia a elevação do número de associações, assim como a outras formas de participação.

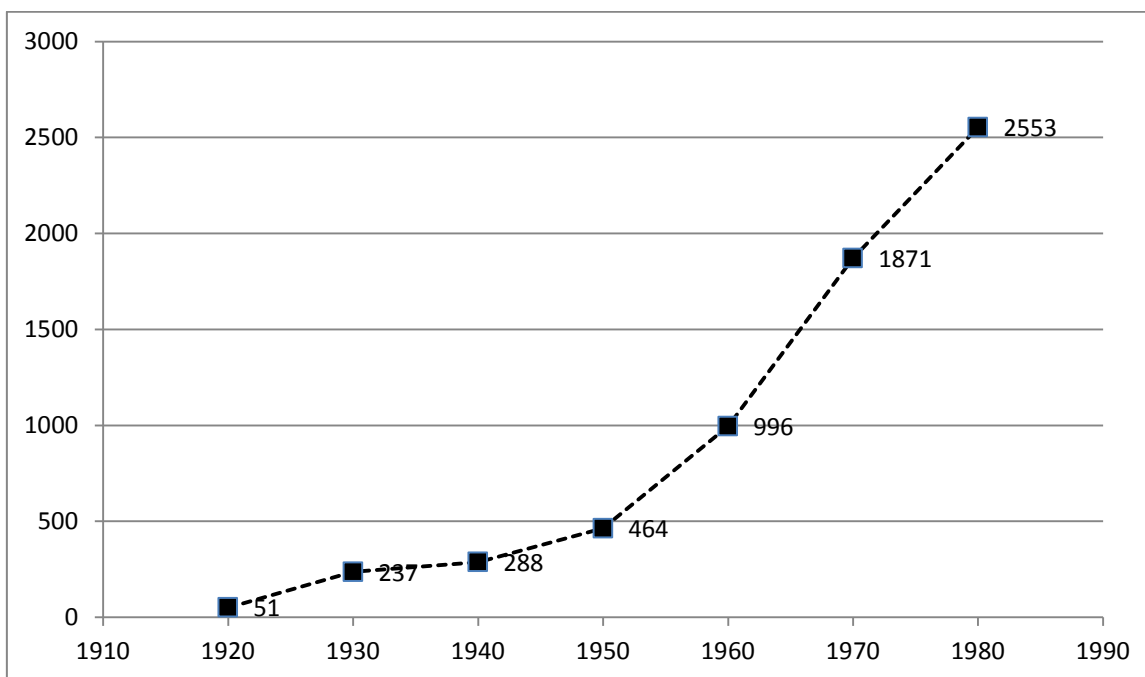
Gráfico 1: Número de associações civis criadas na cidade de São Paulo, por década, entre 1920-1980.

⁴ No caso da união de catadores em uma associação consideramos que a participação de cada um é política porque estarão empenhados em uma atividade de interesse público, isto é, a coleta seletiva de resíduos sólidos. Essa tarefa é uma prestação de serviço à comunidade e em defesa do meio ambiente.

⁵ As teorias relativas aos movimentos sociais estão sintetizadas por ALONSO (2009).

⁶ O tema da ação coletiva tem como principal referência OLSON (2011).

⁷ Para o tema do ativismo citamos como referência YONG (2014).



Fonte: Cartório de Registro Civil apud Santos (1994).

Avritzer (1997) ressalta que a partir dos anos 1970 floresce nos países latino-americanos um aumento no número e no ritmo de formação de novas associações civis. O autor nomeia esse fenômeno como “novo associativismo civil” e o caracteriza pela pluralização da ação social. A pluralização se deve à inserção de novos atores da classe média e a diferenciação nos objetivos das várias associações civis. Avritzer ressalta que além do pluralismo, o novo associativismo implicou em maior publicidade dos anseios da sociedade civil frente ao Estado.

A expansão do associativismo no Brasil, ao longo dos anos 1970, está relacionado ao início do processo de redemocratização e de abertura política. Entre seus traços destacamos o crescimento dos sindicatos e a intensificação das associações da sociedade civil dotadas de vários objetivos.

DILEMAS PARA COMPOSIÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO

A capacidade de uma comunidade organizar-se associativamente se relaciona com a cultura política dessa comunidade e sua disposição para o enfrentamento dos dilemas da ação coletiva.

A abordagem culturalista da política pressupõe que o comportamento dos cidadãos é influenciado pela cultura, a qual tem o papel de definir quais são as práticas políticas aceitas e toleradas em uma sociedade⁸. Desse ponto de vista, a cultura cumpre o papel de uma das variáveis indispensáveis para o entendimento dos padrões comportamentais que desencadeiam os principais fenômenos políticos. Estudos com esse viés remetem ao clássico estudo de Tocqueville, *A Democracia na América* (1979).

Tocqueville (1979) exalta a cultura como fonte da democracia na América. Ao buscar entender a democracia no novo mundo, o pensador francês encontra a resposta nos hábitos e costumes que guiaram a organização social e política entre os americanos. Em 1830, Tocqueville vai aos Estados Unidos onde encontra uma organização social fundada no princípio da igualdade, essencial para democracia⁹. O espírito da democracia seria a igualdade de condições exercida nas práticas associativas através das quais, pela união dos esforços comuns, as pessoas desenvolvem o gosto pela liberdade. A associação é, para Tocqueville, a causa do progresso, nela se unem os esforços dos espíritos divergentes em nome do interesse público. Tocqueville encontrou na América uma organização social respaldada não só pelas normas institucionais de um Estado centralizado, mas se deparou com um grande número de associações nas quais os americanos decidiam, de modo democrático, sobre o que fazer frente aos problemas públicos. As instituições políticas americanas refletiam os hábitos e costumes de um povo que se autogovernava através de interações igualitárias na prática associativa. O achado de Tocqueville na América é uma democracia na qual as questões políticas são influenciadas, não só por normas institucionais ou pela ação de autoridades, mas, acima de tudo, pelos hábitos e costumes do povo, isto é, por sua cultura.

Um dos dilemas enfrentados para implementar uma associação de catadores no município de Cláudio/MG é a indisposição, por parte dos catadores locais, em associar-se para realizar a coleta. Supomos que um dos fatores associados a tal resistência é a escassez de uma cultura política viável à associação entre os catadores. Tal escassez é reforçada pelos

⁸ De acordo com essa perspectiva, as instituições políticas só serão eficazes quando os comportamentos predominantes estiverem em sintonia com as práticas prescritas e aceitas pelas normas institucionais, pois em caso contrário, as instituições encontrariam grandes dificuldades para serem efetivadas.

⁹ No pensamento de Tocqueville a principal característica da modernidade não é a indústria (como pensava Comte) ou a luta de classe (como pensou Marx), mas a democracia como regime político fundado na igualdade de condições.

dilemas da ação coletiva típicos das sociedades capitalistas contemporâneo, onde os interesses individuais predominam sobre os interesses grupais e de classe.

CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL:

O agente racional que se guia pelo cálculo de custo benefício voltado ao interesse pessoal dificilmente atua em prol do interesse público, afinal tal atuação depende da ação coletiva que é inviabilizada pelo cálculo egoísta. A intuição leva a crer que indivíduos de um mesmo grupo que partilham interesses comuns tendem a agir unidos em defesa dos próprios interesses. Desse modo, seria racional, da parte de cada um, contribuir para a ação grupal em prol dos interesses coletivos. Mancur Olson (2011,14), no entanto, argumenta o contrário. “Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial (...) os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais”. Olson parte da analogia entre interesse individual e comportamento de empresas em um mercado competitivo. As empresas de um setor específico almejam a elevação dos preços de seus produtos sem, necessariamente, desejar que as concorrentes obtenham esse benefício. O mesmo se pode dizer sobre a elevação das vendas. Em um mercado competitivo, empresas do mesmo setor têm interesses comuns e diametralmente opostos ao mesmo tempo, pois quanto mais as outras venderem, menores serão os preços e os lucros de cada empresa. Olson utiliza leis da microeconomia para pensar o comportamento social, método típico da Teoria da Escolha Racional¹⁰. Do mesmo modo, encontra-se o ator racional inserido em um grupo, ou seja, buscará maximizar benefícios e minimizar custos. Exemplo disso é o membro de uma classe trabalhista que, diante de baixos salários, será estimulado a promover greve e manifestações em defesa de seus interesses de classe.

De acordo com Olson, um agente racional inserido nesse contexto iria preferir não agir enquanto seus colegas se empenham, pois, desse modo, desfrutaria do benefício, se esse fosse atingido, sem ter de arcar com o ônus. Essa atitude ficou conhecida na ciência política como “carona”, isto é, tal como o indivíduo que viaja sem custos no automóvel alheio, o agente

¹⁰ A Teoria da Escolha Racional encontra-se sintetizada em FERREJOHM & PASQUINO (2001). Além disso, DOWNS (2012) é uma referência fundamental de tal teoria.

racional, diante de ações coletivas, prefere cruzar os braços, omitir-se, para que os demais lutem pelo benefício comum que não poderá ser negado a ele, apesar de não ter arcado com os custos da ação. A estratégia desse ator é racional, ao passo que maximiza benefícios, afinal o ator coloca-se em uma situação duplamente favorável, pois se o objetivo grupal for alcançado, seu benefício será idêntico ao daqueles que se empenharam, por outro lado, se o objetivo for frustrado, seu ônus é zero. Com essa argumentação, Olson demonstra que os interesses grupais só podem frutificar de ações coletivas quando o grupo encontra-se sob o efeito de coerção ou de incentivos seletivos.

Consideramos a hipótese de que cada um dos catadores de resíduos sólidos de Cláudio/MG racionalizam de acordo com as premissas do agente racional estudado por Olson (2011) em dois aspectos: por um lado o catador prefere que a associação se efetive pelo esforço dos demais sem que ele tenha que comprometer-se, se no futuro o empreendimento associativo for bem sucedido ele adere. Por outro lado o catador teme aderir à criação da associação e empenhar-se mais que seus colegas de trabalho, os quais receberam o mesmo bônus se o futuro for promissor. Em pesquisas exploratórias junto aos catadores já constatamos que cada um deles teme ser injustiçado na divisão dos lucros da associação. O catador teme receber recompensas aquém de seu real esforço enquanto seus colegas receberiam a mesma quantia esforçando-se menos. Esse dado indica que, muito provavelmente, os dilemas da ação coletiva abordados por Olson estão presentes nos cálculos dos catadores de Cláudio/MG. Isso sugere que a construção de uma associação para coleta seletiva de resíduos sólidos deve ser planejada tendo como princípio a promoção do mérito de desempenho de cada catador e isso deve ser enfaticamente esclarecido para os mesmos como estímulo para sua adesão.

Portanto, a comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade de Cláudio/MG – poderá contribuir para a criação de uma associação de catadores no município através de medidas como: 1º) desenvolver junto aos catadores uma cultura política favorável ao associativismo; 2º) apresentar estímulos ideológicos e contratuais, junto a cada catador, no intuito de superar os dilemas da ação coletiva que podem estar os influenciando a se manterem na coleta isolada e dispersa.

ASSOCIAÇÕES DE CATADORES (Um panorama histórico)

PEREIRA & TEIXEIRA. (2009). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional (Fichamento).

A sobrevivência por meio da cata de materiais no lixo desnuda uma das faces da elevada desigualdade social existente no Brasil. Aqueles que sobrevivem do lixo – os catadores de materiais recicláveis – estão presentes nas ruas, em aterros ou em lixões³ da maioria das cidades brasileiras, trabalhando em condições adversas e precárias. Atuam como “operários terceirizados” da indústria da reciclagem, desprovidos de qualquer direito trabalhista, bem como dos demais direitos que configuram o exercício da cidadania (LAYARGUES, 2002; BOSI, 2008).

As primeiras experiências associativas de catadores no Brasil iniciaram-se em São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Em São Paulo, por meio do trabalho de apoio à população de rua, desenvolvido pela Organização de Auxílio Fraternal (OAF), foi criada a Associação dos Catadores de Papel, em 1986. Mais tarde, em 1989, esta se tornou a Cooperativa dos Catadores de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare). Neste mesmo ano, durante a gestão Luiza Erundina (1989-1992) foi implantado o primeiro programa de coleta seletiva da cidade, no entanto, nas gestões seguintes sofreu várias descontinuidades e retrocessos (JACOBI e VIVEIROS, 2006). Em Porto Alegre, no ano de 1986, foi criada a Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre, na Ilha Grande dos Marinheiros, com o apoio do trabalho eclesial de base da Igreja Católica. Em 1990 foi implantada a coleta seletiva no município durante a gestão petista de Olívio Dutra (1989-1992) (MARTINS, 2004). Em Belo Horizonte, depois do trabalho de apoio aos catadores realizado pela Pastoral de Rua, em 1990, foi constituída a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (Asmare). Em 1993, foi construído o programa de coleta seletiva de Belo Horizonte em um trabalho conjunto com a Asmare durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) (PEREIRA, 2011). É interessante observar que as três experiências têm sua origem em trabalhos desenvolvidos por organizações da Igreja Católica, e que nas três cidades os programas de coleta seletiva foram criados durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao longo das décadas seguintes, várias associações e cooperativas de catadores foram formadas pelo Brasil, e também alguns governos locais implantaram programas de coleta seletiva⁴ com inclusão de catadores. A partir do final da década de 1990 e nos anos 2000, os catadores foram se articulando com apoio de uma rede de organizações da sociedade civil e formaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 2001. Gradativamente o tema da inclusão social e produtiva de catadores foi ganhando repercussão pública e espaço na agenda de governos locais, tendo, em 2003, no governo Lula, alcançado a agenda governamental nacional. É importante destacar que tais processos não foram simples, tampouco lineares, mas sim marcados por dinâmicas variadas e conflitos sociais.

No âmbito do governo federal, em 2003, por decreto presidencial, foi criado o Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Também foi publicado o decreto 5.940, de 2006, que prevê que todas as repartições públicas da

administração direta ou indireta devam fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. Por meio da Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitiu-se que as administrações públicas pudessem contratar com dispensa de licitação, as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva. Por sua vez, dentro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), teve início a realização de ações de apoio aos catadores, ligadas à inclusão social e produtiva. Outro avanço em âmbito federal foi a aprovação, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305), que prevê a inserção de catadores em programas de coleta seletiva municipais como requisito do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a ser elaborado por todos os municípios.

Como afirmam Schommer e França Filho (2008, p. 66) “o termo Gestão Social sugere assim que, para além do Estado, a gestão das demandas e necessidades do social pode se dar pela própria sociedade, por meio de suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização” que geram pressão social, negociação política e demandas aos governos e esses podem atendê-las sob a forma de políticas públicas. Tratando também desse assunto, Tenório (2008, p. 40) chama atenção para a inversão da lógica capitalista presente nas ações permeadas pela gestão social. Para ele, existe um grande potencial para a inversão da ordem de categorias importantes como de capital-trabalho para trabalho-capital e de Estado-Sociedade para Sociedade-Estado, evidenciado que, nesse processo, a pessoa, ou o grupo social, podem estar acima da racionalidade meramente econômica. A inserção, no caso de catadores, pode ocorrer pelo protagonismo do grupo em uma luta para não se tornarem meramente úteis aos mecanismos de reprodução capitalista, mas sim para exercerem seus direitos como cidadãos.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica; observação participante em eventos ligados ao tema, principalmente do MNCR; levantamento de dados secundários; conversas espontâneas; e entrevistas semiestruturadas. Inicialmente foi feita revisão bibliográfica sobre o tema e leitura de trabalhos abordando experiências de organização de catadores e programas de coleta seletiva municipais.

Catadores de Recicláveis e Programas de Coleta Seletiva: da Agenda Local à Nacional

Em situação de rua, submetidos a condições precárias de vida e ao desrespeito por parte da sociedade, os catadores iniciaram um processo de luta para mudar essa realidade. Esse processo ocorreu inicialmente em algumas capitais do país, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, por meio do trabalho desenvolvido por organizações da Igreja Católica.

Neste artigo destaca-se a experiência de Belo Horizonte, uma vez que atores que atuaram na capital mineira passaram a ocupar posições importantes no âmbito nacional e influenciaram no processo de inserção do tema na agenda federal. Além disso, vale destacar que a experiência de Belo Horizonte ganhou grande repercussão nacional e internacional, sendo considerada uma das mais exitosas do país; o que ajudou a legitimar em certa medida a forma de ação governamental adotada para a inserção de catadores. Entretanto, é importante frisar, desde já, que atores diversos, pessoas, organizações e outras realidades locais também influenciaram no processo. O caminho trilhado nesse trabalho, por sua vez, se deve às principais conexões e relações entre atores, reveladas durante a fase exploratória da

investigação, que, com a realização de entrevistas semiestruturadas, se confirmaram ao mesmo tempo em que novas dimensões, atores e pessoas foram destacados no processo.

A dinâmica de organização de catadores de Belo Horizonte teve início quando algumas irmãs beneditinas da OAF migraram para a capital mineira e, por intermédio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, iniciaram, como em São Paulo, um trabalho com a população de rua que sobrevivia da cata de materiais no lixo (JACOBI e TEIXEIRA, 1997).

A Pastoral de Rua iniciou os primeiros contatos com esse grupo, que a princípio reagia de forma arredia, em virtude das situações de violência e opressão que estavam acostumados a sofrer por parte do poder público local. Os catadores eram vistos pela população e pelo poder público como “vagabundos” e “delinquentes” que sujavam a cidade, de modo que as políticas adotadas para a questão envolviam ações denominadas “operação limpeza”, que os retiravam à força do centro da cidade (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008; PEREIRA, 2011). Diante desse contexto, a Pastoral começou a desenvolver um trabalho sociopedagógico com os catadores, buscando mostrar, por meio de práticas socioeducativas, a importância do trabalho que realizavam, estimulando-os a formar uma associação para lutarem por seus direitos. Esse processo ofereceu as bases para a constituição da ASMARE no ano de 1990 (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008; PEREIRA, 2011).

A organização dos catadores iniciou-se com uma atuação reivindicatória junto ao poder público municipal durante a gestão do então prefeito Eduardo Azeredo (1990-1992), realizando intensa mobilização, por meio de atos públicos, ocupação de espaços para a futura triagem de recicláveis e protestos encaminhados à Câmara Municipal. Essa atuação buscava forçar o poder público a romper com uma postura de discriminação e violência (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA 2008). Nesse processo, a Pastoral sensibilizou outros atores e os catadores passaram a contar, também, com o apoio de organizações da sociedade civil local, como a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente (AMDA) e a Pastoral de Direitos Humanos. Além disso, conseguiram apoio de alguns membros da Câmara Municipal, entre eles o então vereador Patrus Ananias, do PT.

Esse processo de mobilização viabilizou em 1990, por ocasião da votação da Lei Orgânica do Município (constituição municipal), a inclusão de instrumentos para a implantação de uma futura coleta seletiva no município, com preferência por cooperativas de trabalho na realização da coleta e comercialização de materiais recicláveis (JACOBI e TEIXEIRA, 1997). Outra conquista dos catadores ocorreu em 1992, quando teve início a construção de um galpão para triagem de resíduos pela prefeitura (GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008).

A partir de 1993 a relação com o poder público muda de forma significativa. Patrus Ananias, eleito prefeito de Belo Horizonte por uma coligação de partidos de esquerda, viabiliza, em sua gestão, a criação do programa de coleta seletiva municipal, firmando um convênio com a Asmare. Entre os membros da equipe da nova administração municipal, Heliana Kátia Tavares, que antes apoiava os catadores como militante de uma ONG ambiental, foi nomeada superintendente da autarquia de Limpeza Urbana de Belo Horizonte (SLU).

Foi firmado um convênio entre prefeitura, Pastoral de Rua e Asmare. As atribuições do poder público

consistiam em criar as condições necessárias ao funcionamento da associação, tais como: prover toda a estrutura logística e operacional de suporte ao trabalho dos catadores, incluindo os galpões de triagem, implantação de contêineres para recebimento de materiais separados pela população, caminhões para a coleta dos recicláveis; assessoria no processo de capacitação dos catadores associados, por meio de trabalho conjunto entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a SLU; e repasse de recursos financeiros mensais para a manutenção das instalações. Também coube à prefeitura divulgar a coleta seletiva e mostrar à população a importância do trabalho da Asmare, ressaltando os benefícios ambientais, sociais e econômicos decorrentes dessas atividades. A Pastoral de Rua ficou responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Associação, apoiando os catadores em seu trabalho e organização. A Asmare, por sua vez, responsabilizou-se pela realização da coleta de recicláveis, pela manutenção do galpão, pela organização do cadastro e identificação dos associados, além de buscar ampliar a presença da Associação por intermédio de núcleos de trabalho em pontos estratégicos da cidade, assim como zelar pelo bom andamento de todo o trabalho (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002).

A forma como é concebido um problema social ou a categoria em que é inserido influencia o tratamento que lhe é dado mediante políticas públicas, como ressaltam Kingdon (1995) e Fuks (2000). Em Belo Horizonte, quando os catadores eram vistos como “vagabundos e delinquentes” que sujavam o centro, as ações adotadas eram de repressão e violência (JACOBI e TEIXEIRA, 1997; DIAS, 2002; GONÇALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2008). Já a partir de 1993, o problema passou a ser concebido da lógica da necessidade de inclusão social desse grupo, sendo adotadas ações inclusivas no âmbito do programa de coleta seletiva.

Na década de 1990, começou a ganhar repercussão pública a situação precária de milhares de pessoas, inclusive crianças, que sobreviviam da cata de materiais em lixões. Diante dessa situação de calamidade em vários lixões do país, em 1998 foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania (FNLC) por uma iniciativa do United Nations Children’s Fund (UNICEF) com os seguintes objetivos: erradicar o trabalho de crianças e adolescentes em lixões; estimular a inserção social e econômica de catadores em programas de coleta seletiva; e mudar a forma de destinação do lixo no país, eliminando os lixões e adotando aterros sanitários. O Fórum era coordenado por uma secretaria executiva composta por: representantes do UNICEF, entre eles Heliana Kátia Tavares, que passou a ser gestora do programa após o término do governo Patrus Ananias em 1996; do Ministério do Meio Ambiente; do Ministério Público Federal; da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU); da Caixa Econômica Federal; da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); e da ONG Missão Criança. Posteriormente foram criados fóruns estaduais Lixo e Cidadania em 23 estados da federação. Fóruns municipais também foram constituídos e se multiplicaram pelo país. A iniciativa do UNICEF contribuiu para trazer à discussão pública a situação precária daqueles que sobrevivem da cata de recicláveis no lixo.

No decorrer da década de 1990 e nos anos 2000, as experiências de cooperativas e associações de catadores se espalharam pelo país, formando a base inicial do que viria a ser o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O MNCR foi criado em meados de 1999 durante o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo

Horizonte, sendo formalizado em junho de 2001 durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília. Esse congresso contou com cerca de 1700 participantes, entre catadores, técnicos e assistentes sociais de dezessete estados brasileiros, e mais 3000 participantes da Marcha Nacional da População de Rua. Durante o evento foi formulada a “Carta de Brasília”, um documento com reivindicações e propostas à sociedade e ao poder público. Na carta foi destacada a necessidade de convênios para a destinação de recursos e apoio a empreendimentos de catadores; inclusão deste grupo no Plano Nacional de Qualificação Profissional; implantação em nível nacional de uma política de coleta seletiva baseada em um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos; e erradicação dos lixões, oferecendo condições de trabalho e renda para as famílias que neles vivem.

O Movimento Nacional se constitui em um mecanismo de pressão dos catadores sobre o governo federal, bem como sobre diferentes esferas de governo. Uma das primeiras conquistas, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foi o reconhecimento, em 2002 da ocupação “catador de material reciclável” pelo Código Brasileiro de Ocupações. O reconhecimento da ocupação no CBO exerceu uma função simbólica e deu visibilidade pública ao catador, já que muitas vezes sua atividade não é reconhecida socialmente pela sociedade (PEREIRA, 2011).

Os catadores conquistaram alguns avanços durante o governo Lula (2003-2010) em termos de ações públicas de inclusão social e produtiva do segmento. Uma das primeiras foi a criação do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores (CIISC), em setembro de 2003, por meio de decreto presidencial. O Comitê é formado pelos seguintes órgãos do governo federal: MDS; Ministério das Cidades; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH); Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Previdência Social; Ministério de Minas e Energia; Caixa Econômica Federal; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Petrobras e Eletrobrás (CIISC, 2010). Por meio do Comitê Interministerial são apoiadas ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis, como o edital do BNDES para disponibilização de recursos a cooperativas e associações, o apoio da Petrobras à rede de organizações de catadores, a disponibilização pelo Ministério das Cidades do Programa PAC-Resíduos Sólidos, e doação de recursos financeiros da Fundação Nacional de Saúde e MTE, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), a organizações de catadores de todo o país.

Com a criação do MDS, Patrus Ananias foi convidado a assumir o novo ministério. O MDS foi criado para integrar e desenvolver as políticas sociais do governo Lula, estabelecendo relações com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, desse modo se tornou alvo de demandas sociais por parte da sociedade civil. Como ressalta Fucks (2000, p. 81), “[...] a existência de agências governamentais dedicadas à solução de um determinado problema incentiva a formulação e o encaminhamento de demandas difusas em termos adequados ao perfil do problema tal como definido institucionalmente”.

No âmbito do MDS foram desenvolvidas ações de inclusão socioprodutiva de catadores com o objetivo de incentivar os municípios a criar programas de coleta seletiva e apoiar cooperativas e associações de catadores. Essas ações foram articuladas com o Decreto presidencial 5.940/06, que prevê que todas as repartições públicas da administração direta ou indireta devem fazer coleta seletiva e doar os materiais para cooperativas de catadores. E também com a Lei 11.445/07, que altera a Política Nacional de Saneamento, permitindo que as administrações públicas contratem com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva, possibilitando dessa forma, a sua remuneração.

Entre as ações voltadas para os catadores desenvolvidas no MDS, inserem-se: o convênio (2004-2007) firmado entre a Cáritas Brasileira e o MDS, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), para a implantação da Coleta Seletiva Solidária na Esplanada; convênio com a OAF para capacitação de lideranças, fortalecimento do Movimento Nacional de Catadores e estudo do custo do posto de trabalho do catador; pesquisa para quantificação e caracterização da população em situação de rua das capitais e principais cidades brasileiras; edital da UNESCO para projetos de apoio à organização dos catadores e à população de rua, visando ao fortalecimento institucional dos catadores, propiciando encontros nacionais, articulações estaduais e capacitações; projeto BID/FUMIN, de apoio à organização de cadeias produtivas em comunidades de catadores, com o desenvolvimento de atividades que promovam a integração da família na comunidade, assim como o incentivo à melhoria das condições habitacionais; criação do Fórum Participa, um fórum permanente de articulação de parcerias, voltado para discussões de geração de trabalho e renda, organizado pela SAIP e que conta com representantes da sociedade civil e de empresas públicas e privadas. Neste fórum, a Fundação Avina atua no fortalecimento do MNCR e na integração com os movimentos da América Latina.

Considerando o contexto e os processos abordados acima, pode-se perceber que a definição da situação dos catadores como um problema deu-se por meio de construções sociais. Como ressalta Fucks (2000), os problemas são construídos muito mais pela dinâmica sociopolítica, que envolve a mobilização da atenção e a compreensão pública dos assuntos, do que pelas condições objetivas das questões. É importante apontar que a recuperação de materiais extraídos do lixo é uma atividade milenar: desde os tempos antigos, os destituídos obtinham sua sobrevivência das sobras da sociedade (DIAS, 2002). A atividade de catação no Brasil e a sobrevivência de milhares de pessoas por meio do lixo já vêm ocorrendo há muitas décadas. Em Belo Horizonte, por exemplo, a catação de lixo remonta desde o final da década de 1930 (DIAS, 2002). No entanto, somente nas duas últimas décadas a atividade ganhou atenção pública e reconhecimento como um problema social.

A construção social em torno desse problema é carregada de grande teor moral e de crenças, já que lida com questões de pobreza, desrespeito, falta de condições dignas de vida, humilhação, negação de direitos humanos. Envolve também elementos da problemática ambiental, que estão ligados à qualidade de vida das pessoas e à sobrevivência da humanidade no longo prazo. Além disso, a questão ambiental tem recebido grande destaque e atenção pública nas últimas décadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente coordena a coleta do lixo em Cláudio. Essa coleta é feita com funcionários e veículos da Prefeitura vinculados a Secretária Municipal de Obras. Nessas condições, o poder público municipal dispõe de sete (7) funcionários e um (1) caminhão para coleta do lixo. Além disso, a Prefeitura ainda dispõe de uma prensa utilizada para os resíduos sólidos recicláveis. A Secretária do Meio Ambiente, Maria Helena Gonçalves Mitre Amorim, colaborou com esse trabalho ao dispor várias informações sobre o assunto e mostrou-se como uma potencial aliada do projeto. De acordo com a secretária já houve empenho, por parte da Prefeitura, para formação de uma associação de catadores, porém não houve consenso entre os mesmos. A efetivação de uma associação continua sendo um anseio da Prefeitura que poderá dispor a prensa, um caminhão e um galpão. No âmbito da conscientização já existem ações, por parte da Secretaria de Meio Ambiente, que podem ser intensificadas pelas ações traçadas a partir desse projeto. Verificamos a necessidade de estimular e desenvolver a participação e a conscientização a respeito da coleta seletiva de resíduos sólidos e sua reciclagem, que podem se dar através do associativismo, uma que vez que, isolados, os catadores vendem os materiais por um valor agregado menor. Ocorre que há restrições por parte dos catadores quanto à efetivação de uma associação, com forte indisposição para o associativismo, além de uma grande pressão por parte do comprador dos resíduos recicláveis sobre os catadores para que não se associem.

CONCLUSÕES

O desenvolvimento do trabalho continua em progresso. Podemos falar que até o momento as primeiras impressões são de que o trabalho em prol do coletivo não será fácil de ser praticada entre os sujeitos catadores e que esperamos que com o restante da população de Claudio-MG não haja a mesma resistência para a execução do projeto. Contudo, entendemos que a oportunidade da UEMG-Cláudio participar da construção do projeto de resíduos sólidos é uma realidade e que o trabalho será de longo prazo, o que trazemos nesta escrita é apenas as primeiras impressões da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Ângela. (2009). *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova, São Paulo, 76: 49-86.
- AVRITZER, Leonardo. (1997), *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova — Revista de Cultura Política, 39: 149–174.
- DOWNS, Anthony. (2012). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- FEREJOHN, John. & PASQUINO, Pasquale. (2001). *A teoria da escolha racional na ciência política: conceito de racionalidade na ciência política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.16, n°.45. fevereiro. 2001. p.5-24.
- MARSHALL, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.
- OLSON, Mancur. (2011). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo EdUSP.
- PEREIRA, M & TEIXEIRA, M. (2009). A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional. Cad. EBAPE, v.9, n.3, set.
- PUTNAN, Robert. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência italiana moderna*. Rio de Janeiro: FGV.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis. (1979). *A Democracia na América*. Coleção Os Pensadores. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural.
- YONG, Iris. (2014). *Desafios ativistas à democracia deliberativa*. Revista Brasileira de Ciência Política, n°13. Brasília, janeiro - abril de 2014, pp. 187-212.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. Rev. Katál, v.12, n.1, jan/jun, 2009.
- BOSCHI, Renato. (1987), *A arte da associação*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.
- BRINGHENTI, J. & GÜNTHER, W. Participação social em programas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Eng. Sant. Ambiental. V.16, n.4, out/dez, 2011. P421-430.
- BRINGHENTI, J.R. Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DEMAJOROVIC, Jacques at. al. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxo reverso de resíduos sólidos pós consumo. Caderno EBAPE, v.12, edição especial, ago, 2014.

KERSTENETZKY, C. L (2003), *Sobre associativismo, desigualdades e democracia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18 (53): 131-152.

LÜCHMANN, L. H. H (2011), *Associações, participação e representação: combinações e tensões*. Lua Nova, 84: 141-174.

_____. (2012), *Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações*. Revista de Sociologia e Política, 20 (43): 59-80.

_____. (2014). *Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos*. RBCS, vol.29, nº85, junho/2014.

RIBEIRO, L.M.; JACOBI, P.R.; BESEN, G.R. et al. Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2009.

SANTOS, Gemmelle & SILVA, Luiz. O significado do lixo para garis e catadores de Fortaleza. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, v.16, n.8, Nov, 2011.